

Nota do Comitê de Antropólogas/os Negras/os

Nós membros do Comitê de Antropólogas/os Negras/os filiado à ABA – Associação Brasileira de Antropologia expressamos nosso compromisso e posicionamento em defesa da autonomia universitária e das ações afirmativas no ensino superior. Nossa postura baseia-se no aporte legal do Estado democrático de direito, a partir da Constituição Federal, a constituição cidadã de 1988, em seu artigo 205 que assim diz: “a educação, **direito de todos e dever do Estado**”. Cabe lembrar também a decisão, ainda vigente, do Supremo Tribunal Federal em 2012 que reconheceu a constitucionalidade das ações afirmativas e do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Sob o manto da constitucionalidade também se encontra a autonomia didático-científica universitária garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Somado ao aporte legal trazemos o legado constituído pelas diversas universidades brasileiras que instituíram em seus programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) o ingresso discente por ações afirmativas. Entre os anos de 2002-2017, segundo estudo do GEMMA – Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa – IESP-UERJ nós temos o seguinte quadro: 61,22% das políticas afirmativas são decididas no âmbito dos programas de pós-graduação; 73,47% adotaram o sistema de cotas; Pretos e pardos somam 52,63% do público beneficiado. Na esteira desse processo, temos entre 2003-2014 a criação de 18 universidades federais, 173 campus universitários e mais de 360 novos institutos federais. E, agora, 69 anos depois da criação da ABA, emerge da luta antirracista, do compromisso com a educação e com uma antropologia que se proponha a discutir, por exemplo, “corpos e campos racializados, a partir de uma perspectiva negra” o nosso Comitê de Antropólogas/os Negras/os.

Por conta desse legado, repudiamos ações políticas de ataque à autonomia universitária e as ações afirmativas, tal como evidenciado no contingenciamento de recursos financeiros das universidades federais, que significam de fato cortes que afetam o funcionamento das universidades públicas e, obviamente o ensino, pesquisa e extensão. Outro ataque desvela-se no Programa de Autonomia Financeira do Ensino Superior, o “Future-se”. Perguntamos que futuro existe com a fragilização do acesso e permanência à educação pública, gratuita e de qualidade? Que futuro existe para a parcela significativa de estudantes cotistas que pintaram a universidade com a cara do povo brasileiro? Que futuro existirá para o país?

Essas são questões que permeiam o fazer antropológico engajado teórica e politicamente com a realidade social. Somos antropólogas/os. Somos Negras/os. Somos egressos dos debates e embates sobre construção de direitos de sujeitos e grupos marginalizados e por conta disso não somos omissos ou coniventes com as práticas anti-democráticas e perversas oriundas do discurso de ódio, anti-intelectual e racista que sustenta tais práticas.

Ressaltamos ainda que nossas práticas se pautarão cada vez mais pela garantia e manutenção da autonomia universitária e das ações afirmativas. Esse será o nosso legado para a antropologia e as gerações futuras de antropólogas/os.

Brasília/DF 30 de julho de 2019

Associação Brasileira de Antropologia e seu Comitê de Antropólogas/os Negras/os